



TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO – TPRU

Pelo presente instrumento particular, de um lado **CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A – CEASA/SC**, sociedade de economia mista estadual, integrante da administração pública indireta do Estado de Santa Catarina, art.13, II, letra “c” da Constituição Estadual, inscrita no CNPJ sob o nº 83.284.828/0001-46, inscrição estadual nº 250.481.740, estabelecida com sede e foro no Município de São José/SC, às margens da BR 101, Km 205, Barreiros, neste ato representada pelos seus Diretores, Sr. **ARI JOÃO MARTENDAL** e **FELICIO FRANCISCO SILVEIRA** daqui por diante denominada simplesmente de **PERMITENTE** e de outro lado como **PERMISSIONÁRIO(A)S 1 – JOÃO OSVALDIR STEINBACH**, produtor, portador do CPF nº 178.706.909-53, residente e domiciliado na Vargem Grande, Águas Mornas – SC, para ocupar o **box nº 719**; resolvem celebrar o presente **TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO – TPRU**, em decorrência da **Inexigibilidade de Licitação Nº 001/2005**, tendo como objeto a área de 75,00m², situado no Pavilhão da Agricultura Familiar de nº 719, na Unidade de São José, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA. A PERMITENTE concede ao PERMISSIONÁRIO, a contar do dia 01/09/10 à 31/08/20, podendo ser prorrogado por igual período, a permissão de uso do local acima mencionado, para realizar a comercialização de hortifrutigranjeiros, produzidos especificamente no regime de agricultura familiar, em especial: Produtos oriundos da agricultura familiar.

CLÁUSULA SEGUNDA. OS PERMISSIONÁRIOS ficam sujeito à interdição ou suspensão do uso, ou ao cancelamento da permissão, nos casos especificados neste instrumento e na ocorrência de situações previstas no Regulamento de Mercado, instituído pela PERMITENTE e que os PERMISSIONÁRIOS declaram estar recebendo neste ato, tomando conhecimento de tal regulamento.

CLÁUSULA TERCEIRA. A PERMITENTE poderá, desde que seja verificado o interesse técnico-operacional do mercado, ou mesmo a sub-utilização da área permitida, reduzir a área ou remanejar os PERMISSIONÁRIOS para outro local, dentro do pavilhão da agricultura familiar, sempre após notificação prévia de trinta dias.

PARÁGRAFO ÚNICO. Fica a PERMITENTE obrigada a assumir os ônus diretos da mudança, devendo os PERMISSIONÁRIOS sujeitar-se às obrigações pertinentes à ocupação do novo local.

CLÁUSULA QUARTA. Exceto nos casos especificamente previstos neste instrumento, a presente permissão poderá ser rescindida, por conveniência e no interesse de qualquer das

BR 101 Km 205 – Barreiros – São José – SC



partes, bastando para isso uma notificação prévia à outra parte com antecedência de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUINTA. Pela permissão aqui concedida os PERMISSIONÁRIOS pagarão uma tarifa mensal, que é atualmente de R\$ 10,73 (dez reais e setenta três centavos), por metro quadrado utilizado, (75,00m²), importando em R\$ 804,75 (oitocentos e quatro reais e setenta e cinco centavos) que deverá ser paga até o dia 10 (dez) do mês subsequente à utilização do espaço, na Tesouraria da PERMITENTE ou onde for indicado por ela, sob pena de multa de (2%) dois por cento no mês do vencimento, (10%) dez por cento nos demais meses e juros de (1%) um por cento ao mês sobre o valor devido, além da correção monetária pelo INPC/IBGE ou qualquer outro índice que venha substituí-lo.

§ 1º. A presente permissão considerar-se-á automaticamente cancelada em decorrência da mora de 30 (trinta) dias, ou pelo atraso contumaz no pagamento mensal, obrigando-se os PERMISSIONÁRIOS a entregar a área, sob pena de aplicação do disposto na Cláusula Oitava, sem que lhe assista o direito de qualquer providência visando o restabelecimento da situação anterior.

§ 2º. Sobre a tarifa estipulada, independentemente da data do início da permissão, incidirá uma correção anual, nos mesmos meses em que ocorrer os reajustes salariais, aplicados na mesma época a todos os PERMISSIONÁRIOS, no mesmo índice de variação do salário mínimo ou, na impossibilidade ou falta de reajuste do mesmo, pela variação do IGPM/FGV dos doze meses anteriores à data do reajuste.

§ 3º. Além da Tarifa de Uso, fixada nesta Cláusula, as despesas relativas à utilização das áreas de uso comum da PERMITENTE, e seus serviços, tais como informação e estatísticas de mercado, ajardinamento e arborização, promoção e divulgação, ambulatório, limpeza, seguro, vigilância, policiamento, iluminação, água, conservação, manutenção e outras da mesma natureza serão pagas pelos PERMISSIONÁRIOS, por acréscimo, proporcionalmente por critério de rateio, nas mesmas datas do pagamento da Tarifa Mensal de uso.

§ 4º. Não se incluem nas tarifas acima discriminadas, devendo ser cobradas à parte, a título de “Recuperação de Despesas”, todos aqueles gastos em que incorrer os PERMISSIONÁRIOS, considerado excedentes aos padrões normais de uso.

§ 5º. Os PERMISSIONÁRIOS ficarão isentos em 50% do pagamento da tarifa mensal pelo período de 20 meses, em virtude do investimento feito pela Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, para a construção do Pavilhão da Agricultura Familiar, bem como em virtude do pavilhão está desocupado desde a sua construção, devido à baixa adesão ao objetivo proposto na construção do pavilhão.

CLÁUSULA SEXTA. Os PERMISSIONÁRIOS obrigam-se a cumprir fielmente as normas da PERMITENTE e seu Regulamento de Mercado, especialmente:

I – Manter a área objeto dessa permissão, bem como a que lhe dá acesso, em boas condições de limpeza e higiene, com as instalações em perfeito estado de conservação e funcionamento, assim como os pertences da área, que declara receber em perfeito estado e,



assim também restituí-la, finda a permissão, sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias.

II – Antes de realizar edificações ou benfeitorias, ainda que necessárias, obter prévia autorização, por escrito, da PERMITENTE, ficando essas benfeitorias e edificações, desde logo, incorporadas ao imóvel, exceto se houver avença diversa em termo aditivo.

III – Empregar em seus serviços pessoal idôneo, devidamente habilitado e cadastrado na PERMITENTE, exigindo-lhe perfeita disciplina, boa apresentação, uso de vestimenta que o identifique, quando exigido, e a máxima urbanidade no trato com o público.

IV – Observar, na sua atividade, os horários que forem fixados em norma ou regulamento pela PERMITENTE.

V – Submeter-se às fiscalizações da PERMITENTE.

VI – Facilitar o fornecimento e a coleta de dados sobre preços de vendas e quantidade comercializadas a prestar outras informações que a PERMITENTE julgar necessárias, para seu controle estatístico e oportuna divulgação.

VII - Os Permissionários obrigam-se a manter, durante toda a execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso, em compatibilidade com as obrigações assumidas no presente, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de Licitação n.º 001/2005.

§ 1º. Os sócios signatários são pessoal e solidariamente responsáveis pelos compromissos assumidos pelos PERMISSONÁRIOS neste instrumento.

§ 2º. Quaisquer danos ocasionados ao local ou às instalações, por parte dos PERMISSONÁRIOS, serão imediatamente reparados por este. Se dentro de 10 (dez) dias, a contar da ocorrência, os PERMISSONÁRIOS não efetivarem os reparos, a PERMITENTE poderá executar os serviços, cobrando o seu custo, sem prejuízo da faculdade de cancelar a permissão.

§ 3º. Os PERMISSONÁRIOS obrigam-se, por si e por seus prepostos, a aceitar as normas do mercado, que declara conhecer em todos os seus termos e que passam a integrar o presente instrumento, como se nele estivessem realmente transcritas e a respeitar as que forem instituídas, com vistas ao disciplinamento do mercado.

CLÁUSULA SÉTIMA. Os PERMISSONÁRIOS se comprometem a participar solidariamente dos programas e projetos que visem a melhoria ou interesse do mercado, inclusive participando proporcionalmente do rateio dos custos que decorrem desses mesmos programas ou projetos, segundo critérios a serem formalmente aprovados pela maioria dos usuários interessados ou por suas associações representativas.

CLÁUSULA OITAVA. Fica explicitamente outorgado à PERMITENTE o direito de, a qualquer tempo e hora, ingressar na área objeto desta permissão, esteja(m) ou não presentes o(s) PERMISSONÁRIO(S) ou preposto seu, desde que seja:

I – Para examinar ou retirar mercadorias em perecimento;

BR 101 Km 205 – Barreiros – São José – SC



- II – Para proceder a sua desocupação, por motivo de cancelamento, por ter sido abandonada, ou em decorrência do disposto no § 1º da Cláusula Quinta;
- III – Para fiscalizar a manutenção da higiene;
- IV – Para cumprimento no previsto na Cláusula Terceira;
- V – Em situações de emergência.

CLÁUSULA NONA. No caso de desocupação por motivo de cancelamento, quaisquer objetos não perecíveis poderão ser removidos para depósito da PERMITENTE ou de terceiros, ficando estabelecido que, após o prazo de 30(trinta) dias, serão considerados abandonados, podendo a PERMITENTE deles dispor da forma que julgar mais conveniente, sem que assista aos PERMISSONÁRIOS direito a qualquer indenização.

PARÁGRAFO ÚNICO. Ficam os PERMISSONÁRIOS sujeitos ao pagamento das eventuais despesas de remoção, transporte, carga e descarga e armazenamento durante o prazo em que tais pertences ficarem à disposição dos PERMISSONÁRIOS.

CLÁUSULA DÉCIMA. Na hipótese de serem encontradas mercadorias perecíveis ou em estado de perecimento, nos termos da Cláusula anterior, a PERMITENTE fica autorizada a proceder da seguinte forma:

- I. Conceder prazo ao PERMISSONARIO para que providencie a retirada da parte ainda aproveitável, se houver, sob pena de ficar facultado à PERMITENTE sua doação a terceiros;
- II. Remover, por conta e risco dos PERMISSONÁRIOS, a parte imprestável, sendo facultado à PERMITENTE incinerá-la, colocá-la no lixo ou doá-la para finalidade compatível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. Veda-se aos PERMISSONÁRIOS o direito de ceder, a qualquer título, ainda que temporariamente, no todo ou em parte, a área objeto desta permissão, sob pena de cancelamento automático e desocupação imediata da área permitida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Em nenhuma hipótese terá a PERMITENTE qualquer responsabilidade perante terceiros com os compromissos dos PERMISSONÁRIOS, sejam particulares, sejam decorrentes e relacionados com a área objeto desta permissão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. As comunicações a serem feitas aos PERMISSONÁRIOS considerar-se-ão verificadas após uma das seguintes providências:

- I. Entrega da correspondência aos PERMISSONÁRIOS ou preposto seu;
- II. Afixação da comunicação no quadro de Editais e Avisos da PERMITENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. A permissão outorgada por este instrumento entende-se feita aos PERMISSONÁRIOS, pessoa física ou jurídica, se jurídica através da razão social constante deste instrumento, o qual em nenhuma hipótese poderá ser transferido a terceiros,



salvo, no caso de pessoa física, para constituição de sociedade em que os permissionários detenham a maioria do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. No caso dos PERMISSONÁRIOS serem pessoa jurídica, toda e qualquer alteração do contrato social que vier a ocorrer deverá ser previamente comunicada à PERMITENTE, que terá o prazo de 20 (vinte) dias para impugnar qualquer nova disposição que conflite com os propósitos deste instrumento ou com os interesses do mercado.

§ 1º. A modificação da composição societária dos PERMISSONÁRIOS deverá ser previamente submetida a exame da PERMITENTE, para deliberar sobre a aprovação ou não das alterações pretendidas, após avaliação cadastral dos novos sócios, que deverão ratificar as obrigações assumidas neste instrumento de permissão.

§ 2º. Fica facultado à PERMITENTE a cobrança de uma taxa específica, a ser por ela arbitrada, pelos registros das alterações contratuais autorizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. Após a vigência do Termo de Permissão de Uso, as benfeitorias reverterão ao patrimônio da Ceasa/SC. No caso de rescisão antecipada, sem que a CEASA/SC lhe tenha dado causa, todas as benfeitorias reverterão ao patrimônio desta, tendo o Permissionário o direito a pleitear indenização pelos investimentos efetuados, proporcionalmente ao tempo restante para o vencimento do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso está vinculado ao Processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 001/2005, devendo ser cumprido em todos os termos ali especificados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA. É aplicável à execução do presente Termo de Permissão Remunerada de Uso, bem como aos casos omissos, a Lei Federal 8.666/93, bem como demais legislações que complementam a matéria em discussão, assim como os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

As partes elegem o Foro de São José-SC, com expressa renúncia de qualquer outro, ainda que privilegiado, para dirimir as dúvidas suscitadas em decorrência da presente Permissão de Uso.

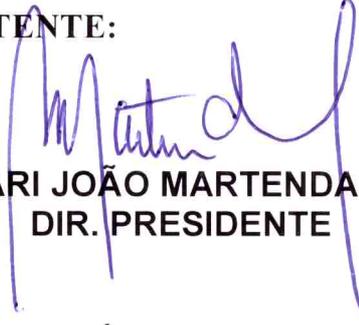
Neste ato, os PERMISSONÁRIOS declaram aceitar a presente Permissão, em todas as suas condições, obrigando-se a cumprir fielmente, pelo que se lavrou o presente termo, em 02



(duas) vias de um só teor e para um só efeito legal, que vai assinado pelas partes interessadas e testemunhas abaixo.

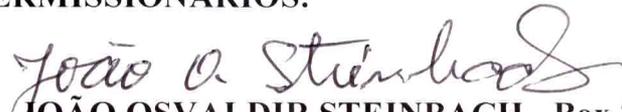
São José/SC, 01 de setembro de 2010.

PERMITENTE:

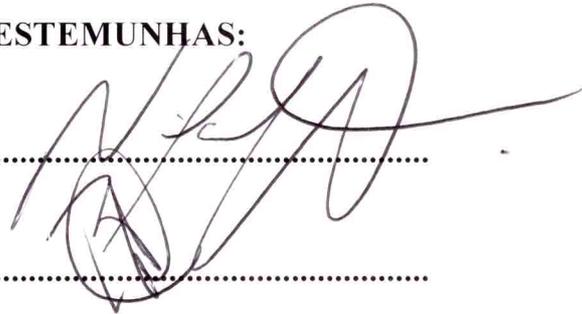

ARI JOÃO MARTENDAL
DIR. PRESIDENTE


FELICIO FRANCISCO SILVEIRA
DIR. APOIO OPERACIONAL

PERMISSIONÁRIOS:


1 - JOÃO OSVALDIR STEINBACH - Box 719

TESTEMUNHAS:


1
2